



DA “POPULAÇÃO DESENFREADA” À CATIMBOLÂNDIA: CONTROLES DO MEDO BRANCO NO RECIFE (1855-1937)

Bruno Maia Halley¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0094-2896>

¹ Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, RR, Brasil*

Artigo recebido em 25/11/2023 e aceito em 10/08/2024

RESUMO

O trabalho revisita o controle e a repressão do medo branco no Recife entre os séculos XIX e XX, desde a construção da Casa de Detenção, em 1855, até o período de atuação de médicos-psiquiatras do Hospital de Alienados da Tamarineira sobre os afro-religiosos da cidade, entre 1932 e 1937, seguido do advento do Estado Novo no Brasil e do recrudescimento da repressão policial contra os xangôs em Pernambuco. Portanto, resgata-se a transferência de um controle panóptico sobre escravizados, livres e libertos nos bairros centrais do Recife, e, assim, na chamada “População Desenfreada” (zona de mocambos de São José), para um controle médico-psiquiátrico nas cercanias do rio Beberibe, uma verdadeira “Catimbolândia”, no âmbito do deslocamento dos terreiros do centro urbano para os arredores ao norte do Recife, durante a modernização e expansão da cidade no começo do século XX, já no contexto republicano. Na contramão destes controles, rememora-se uma malha de táticas de resistência dos afro-religiosos, concebida como territorialidades contrárias às opressões do sistema escravagista e aos procedimentos científicos da modernidade.

Palavras-chave: medo branco; “população desenfreada”; Catimbolândia; Recife (1855-1937).

FROM THE “POPULAÇÃO DESENFREADA” TO CATIMBOLÂNDIA: CONTROLS ON WHITE FEAR IN RECIFE (1855-1937)

ABSTRACT

The work revisits the control and repression of the white fear in Recife between the 19th and 20th centuries, from the construction of the Casa de Detenção, in 1855, until the period of action of physicians-psychiatrists from the Hospital de Alienados da Tamarineira on Afro-religious people in the city, between 1932 and 1937, followed by the advent of the Estado Novo in Brazil and the intensification of police repression against the xangôs in Pernambuco. Therefore, we seek to rescue the transfer of panoptic control over enslaved, free and liberated people in the central neighborhoods of Recife, and, thus, in the so-called “População Desenfreada” (mocambos area of São José), to medical-psychiatric control in the surrounding areas is rescued. of the Beberibe River, a true “Catimbolândia”, as part of the displacement of terreiros from the urban center to the northern outskirts of Recife, during the modernization and expansion of the city at the beginning of the 20th century, already in the republican context. Contrary to these controls, a mesh of resistance tactics of Afro-religious people is recalled, conceived as territorialities contrary to the oppressions of the slave system and the scientific procedures of modernity.

Keywords: white fear; “população desenfreada”; Catimbolândia; Recife (1855-1937).

* Docente efetivo da Licenciatura em Educação do Campo - LEDUCARR da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: bruno.maia@ufrr.br.

DE LA “POPULAÇA DESENFREADA” A CATIMBOLÂNDIA: CONTROLES DEL MIEDO BRANCO EN RECIFE (1855-1937)

RESUMEN

El trabajo revisita el control y la represión del miedo blanco en Recife entre los siglos XIX y XX, desde la construcción de la Casa de Detenção, en 1855, hasta el período en que los psiquiatras del Hospital de Alienados da Tamarineira trabajaban en afro-religiosos en la ciudad, entre 1932 y 1937, seguido por el advenimiento del Estado Novo en Brasil y la intensificación de la represión policial contra los xangôs en Pernambuco. Por lo tanto, la transferencia del control panóptico sobre los esclavos, libres y liberados en los barrios centrales de Recife, y, por tanto, en la llamada “Populaça Desenfreada” (zona de mocambos de São José), al control médico-psiquiátrico en Se rescata el área circundante del río Beberibe, una verdadera “Catimbolândia”, como parte del desplazamiento de terreiros del centro urbano hacia la periferia norte de Recife, durante la modernización y expansión de la ciudad a principios del siglo XX, ya en el contexto republicano. Contrario a estos controles, se recuerda un entramado de tácticas de resistencia de los pueblos afro-religiosos, concebidas como territorialidades contrarias a las opresiones del sistema esclavista y los procedimientos científicos de la modernidad.

Palabras clave: miedo blanco; “populaça desenfreada”; Catimbolândia; Recife (1855-1937).

INTRODUÇÃO

A proposta do trabalho centra-se em revisitar o controle e a repressão do medo branco sobre os negros no Recife entre os séculos XIX e XX, desde o surgimento da Casa de Detenção, em 1855, até o período de atuação dos médicos-psiquiatras do Hospital de Alienados da Tamarineira sobre os afro-religiosos da cidade, que se estendeu de 1932 até o advento do Estado Novo no Brasil, em 1937, quando houve o recrudescimento da repressão policial sobre os xangôs em Pernambuco. Portanto, revisita-se a transferência de um controle panóptico-policial sobre escravizados, livres e libertos nos bairros centrais do Recife (Santo Antônio, São José, Recife e Boa Vista), e, assim, na chamada “Populaça Desenfreada” (mocambos de São José e Afogados), para um controle médico-psiquiátrico nas cercanias do rio Beberibe, uma verdadeira “Catimbolândia”, no âmbito do deslocamento dos terreiros do centro urbano para os arredores ao norte do Recife, durante a modernização e expansão da cidade entre o final do século XIX e começo do XX, já no contexto republicano.

Na contramão destes controles, revela-se também uma malha de táticas de resistência dos afro-religiosos, aqui concebidas como territorialidades miúdas contrárias às opressões do sistema escravagista e aos procedimentos científicos forjadores da modernidade, tanto em face às coações policiais da Casa de Detenção, como frente às medidas psiquiátricas do Hospital de Alienados, que se situava nas adjacências da Catimbolândia, na zona do rio Beberibe, já na divisa com Olinda. “A territorialidade se apresenta(va) como o esforço coletivo de grupo social para firmar a sua ocupação, para manter o seu ambiente e ter definido o seu território” (Anjos, 2011, p. 16). No bojo destas resistências, também se analisa o papel do negro na nação brasileira, e as noções eugenistas sobre raça e cultura no contexto do final do século XIX e começo do XX.

Do ponto de vista metodológico realizou-se pesquisas em arquivos diversos, em acervos de jornais de época, alguns do século XIX e outros muitos da década de 1930, período de maior controle dos médicos-psiquiatras do Serviço de Higiene Mental - S.H.M. sobre os xangôs do Recife. No Arquivo Público de Pernambuco, no acervo do Hospital de Alienados de Pernambuco e na Fundação Joaquim Nabuco levantou-se outros documentos, como correspondências trocadas entre médicos e afro-religiosos, arquivos da Assistência aos Psicopatas, boletins, artigos etc. Também foram coletadas fontes secundárias, colhidas em estudos (dissertações, teses, livros e artigos) sobre o sistema escravista no Recife oitocentista. Também se ressalta a produção de uma cartografia histórica da cidade e seus arredores, que possibilitou visibilizar territórios negros nos bairros centrais, nas adjacências da Casa de Detenção, e nos arrabaldes do rio Beberibe, situando os xangôs, que sofria um controle científico-territorial do S.H.M. nos anos 1930, conforme destacado.

OS CONTROLES TERRITORIAIS DO MEDO BRANCO NO RECIFE: A CASA DE DETENÇÃO E A “POPULAÇÃO DESENFREADA” NO SÉCULO XIX.

O medo branco da liberdade e autonomia dos povos negros nas cidades brasileiras durante o século XIX engendrou um controle e repressão sobre as manifestações de origem africana, evitando a “desordem” e o “mau costume” de escravizados, libertos e livres. Qualquer pessoa negra ou parda, escravizada ou não, era considerada perigosa ao poder hegemônico. No Recife, as Posturas Municipais foram criadas em 1831, que, entre outras medidas, procurava desarticular os territórios dos negros na capital pernambucana, em especial em seus bairros-ilhas centrais (Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista) e arredores imediatos (Afogados e Santo Amaro) (Figura 01).

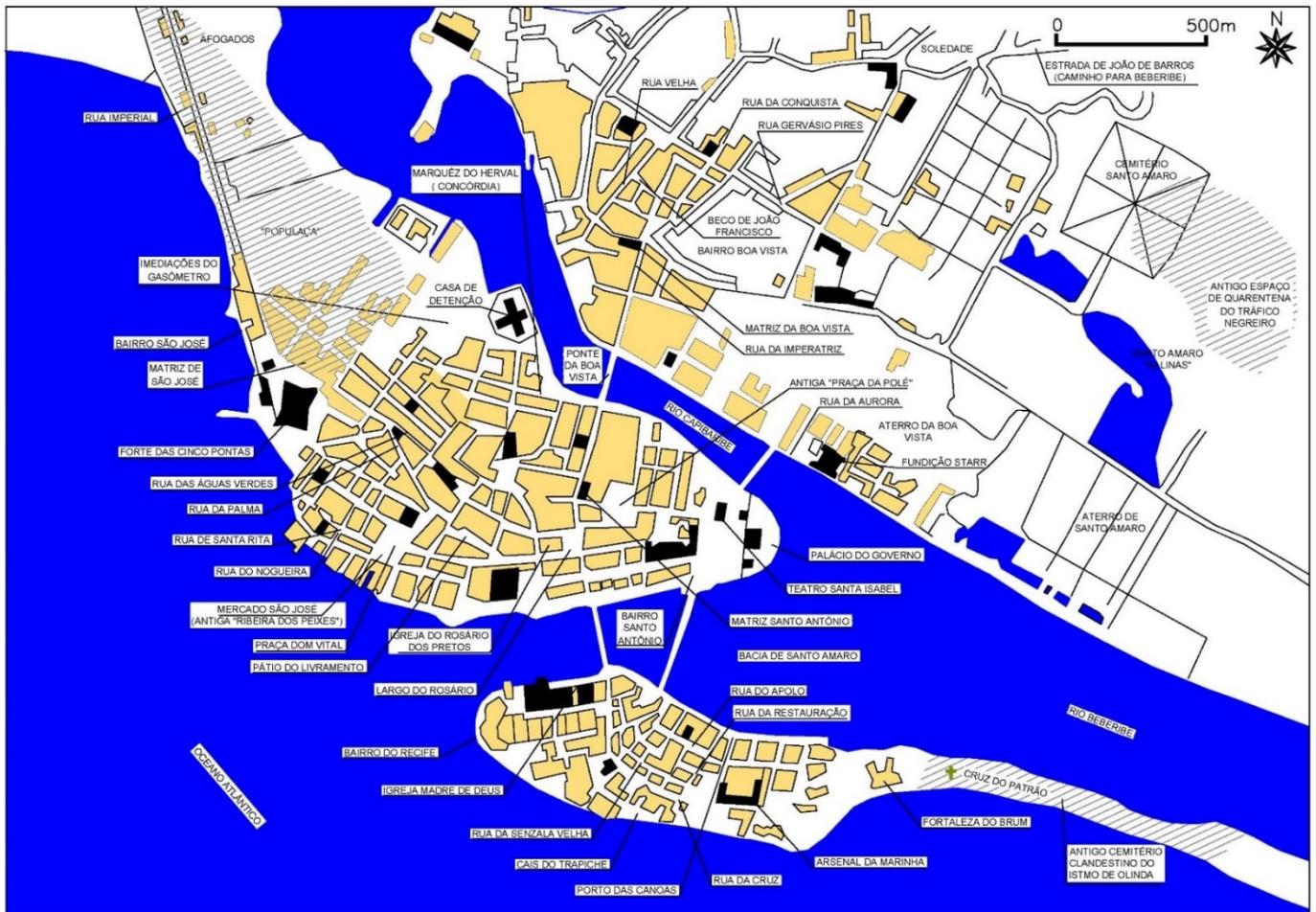
A busca por melhores condições de vida por parte desta população despertara o medo branco da classe média em formação. Os territórios dos negros passaram a sofrer coações, seus endereços representavam espaços de suspeição das autoridades policiais, jurídicas e médicas. O próprio caminhar dos negros era fiscalizado, exigindo-se o porte de “bilhete” como condição de “liberdade”. No coração da cidade havia a “Praça da Polé”, cujo nome remetia a um instrumento de tortura do sistema escravocrata, constituído por um poste, com roldana e corda utilizada para se erguer a vítima pelos braços ou pernas. Nesta trave, a pessoa pendurada era solta repentinamente até quase tocar o chão. Assim ocorriam os “tratos de polé” (Amaral, 1974, p. 280), onde um único castigo poderia arrebenatar as articulações do corpo. A localização do castigo revelava a estratégia do escravagismo: lembrar à população as verdades do regime escravista a partir dos seus espaços mais simbólicos.

Além desta fiscalização e tortura pública, o aparelho policial passou sistematicamente a proibir as expressões da cultura afro-brasileira nos espaços de visibilidade. Em 1856, o Diário de Pernambuco

noticiou a ação contra os maracatus do Rosário, acusando-os de “algazarras” na Praça da Boa Vista, local frequentado pelas elites da cidade.

No domingo, os pretinhos do Rosário, talvez avezados, quiseram apresentar na Praça da Boa Vista o seu maracatu; a polícia, porém, dispersou-se, não porque julgasse que aquele inocente divertimento era atentatório à ordem pública, mas porque do maracatu passariam à bebedeira, e daí aos distúrbios como sempre acontece; obrou-se muito bem.¹

Figura 01: Principais espaços da presença negra no centro do Recife no século XIX: bairros, casas, ruas, mercados, portos etc., com indicações para Casa de Detenção e a “População Desenfreada” (em preto).



Fonte cartográfica: “Planta do Bairro do Recife e do Porto de PE”, de 1854. Fontes bibliográficas: Costa (2013); Carvalho (2010); Figueredo (1992), entre outros. Desenho: Halley (2017).

Um ano antes, em 1855, foi inaugurada a Casa de Detenção (Figura 02) no bairro de São José, dentro dos preceitos do poder reformador e disciplinar da época, dotada do estilo arquitetônico *panopticum* de prisão, com pavilhões em forma de cruz e com o olhar solitário do vigia, ao centro (Foucault, 1996). Sinônimo de modernização, a cadeia projetada pelo engenheiro José Mamede A. Ferreira tinha o objetivo isolar as pessoas impróprias à imagem de um Recife europeu, a “Veneza Americana”, com seus rios, jardins,

¹ In: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife. 11 de novembro de 1856.

palácios, cafés, suas pontes... “Só que de uma forma mais sutil, na medida em que as novas ideias de prevenção e controle eram sobrepostas à repressão pura e simples” (Carvalho, 2010, p. 87).

Figura 02: A Casa de Detenção às margens do rio Capibaribe, em São José. Na litografia de Schappriz observa-se, na margem direita, a imponente cadeia pública; na margem esquerda (na Boa Vista), pescadores, um casal a cavalos e uma negra lavadeira a conversar com um pescador. No rio Capibaribe, canoieiros e jangadeiros a transportar gente e mercadoria. *Casa de Detenção, 1863, de Luís Schappriz.*



Fonte: Ferrez (1981).

Nesse sentido, a “Polé” entrou em desuso quanto ao seu uso público. Foi substituída pela Casa de Detenção. A cadeia modernizou da tortura que se deslocava do bairro mais rico de Santo Antônio, da “Praça da Polé”, para a área mais pobre da cidade, em São José, território do comércio popular, de sobrados e ruas apertadas, e da maior zona de mocambos, ocupada em sua maioria por negros e pardos, que a imprensa em formação da primeira metade do século XX chamava de “População Desenfreada” (Carvalho, 2010).

Pouco a pouco, as torturas foram transferidas dos espaços públicos para às salas fechadas das delegacias, ou continuavam no interior das casas de particulares. A elite da cidade exercia o controle e disciplina sobre as camadas menos favorecidas em espaços privados ou em prédios públicos situados em áreas de maior “perigo” para os brancos de então. Não por acaso, o sistema escravocrata ter idealizado a

construção da cadeia pública em São José, embora também tenha erguido uma forca, no Largo das Cinco Pontas, que também servia de mensagem pública aos moradores da “Populaça”. A cadeia foi concebida foi pintada de branco à cal, como de costume à época, e como também “[...] quisesse purificar todos os que padeciam ali dentro” (Carvalho, 2010, p. 64).

Conforme já mencionado, qualquer manifestação, concentração ou circulação de negros pelos bairros centrais do Recife era considerada perigosa ao poder hegemônico. As reuniões dos maracatus do Rosário incomodavam bastante a elite branca burguesa. Afora proibirem as apresentações na Boa Vista, a polícia também relocou, em 1868, os folguedos do Cais do Capibaribe para a área desabitada do Gasômetro, vizinho à Casa de Detenção. Segundo o então chefe de polícia, João Antônio de Araújo Freitas Henriques, àquele espaço mostrava-se mais apropriado aos maracatus, estando ao lado da temida cadeia pública (Costa, 2013; Mello, 1975). À frente da Comissão de Higiene Pública de Pernambuco, o higienista Joaquim d’Aquino Fonseca avisava aos maracatus as exigências policiais, publicando-as no Diário de Pernambuco:

AVISOS DIVERSOS – Em nome do governador da nação de Congo, aviso aos súditos da mesma que a licença dada pelo Ilmo. Sr. Chefe de polícia foi somente para se reunirem no largo da casa de detenção, e não na casa de qualquer súdito; isto se avisa para que, em tempo algum aleguem ignorância.²

O poder institucionalizado da cidade burguesa delimitava os espaços dos negros, isolando-os em lugares de maior controle policial. Quando não proibia suas práticas, deslocava-as dos cenários “europeus”, ou prendia seus adeptos. O Recife constituía-se, assim, um espaço paradoxal, marcado por uma sociedade ainda escravista e patriarcal, mas que seguia os passos de progresso de uma civilização europeia, então ávida por revoluções industriais e urbanas. Neste contexto, a produção do espaço centrava-se nas projeções da cidade do amanhã, que emergia em ideias e edificações, mas também no controle e disciplina da cidade do passado, estigmatizada em suas heranças coloniais e africanas. Fazia-se necessário disciplinar as pessoas para novos hábitos e modos de vida. São José certamente fora o alvo maior deste controle. O bairro configurava-se num reduto de maracatus e xangôs, os quais sofriam perseguições policiais, mesmo com a não restrição de suas práticas perante o Código Penal de 1830.

Adepta das religiões afro-brasileiras, a parda “Iaiá de Ouro” fora várias vezes presa na Casa de Detenção, durante os anos de 1870, acusada de transgredir a ordem e os bons costumes com práticas de feitiçaria, prostituição e crimes diversos, inclusive assassinatos. A partir de sua clientela e de seus negócios, a feiticeira Feliciano Maria Olímpia fizera fortuna, possuindo escravizados, e mantendo estreitas relações com pessoas influentes, como o Secretario de Polícia, o senhor Eduardo de Barros. Através destes contatos, Iaiá resistiu em São José, fazendo uso de táticas diversas na defesa de suas práticas e de seus espaços de

² In: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 28 de junho de 1873.

vivência (Costa, 2009). Dessa maneira, o bairro transformou-se num território de reconstrução dos laços sociais, culturais e religiosos para os mantidos em escravidão e para os egressos do cativo, como Iaiá.

Contra esse modelo de modernização vivenciado no Recife, outros forros, livres pobres e escravizados também resistiram, e não somente em São José, criando vários mecanismos nos espaços de sociabilidades dos outros bairros centrais e arredores. Para além da disciplina imposta, outras táticas se opuseram ao poder formal, baseadas em resistências miúdas de uma “antidisciplina informal”, no dizer de Michel De Certeau (2005). Os controles ditados pela modernidade sofreram o rebatimento das populações tradicionais, baseadas em redes de solidariedade entre parentes, vizinhos e comerciantes, ambos envolvidos em estratégias de sobrevivência e de defesa de sua liberdade e território. Os escravizados, libertos e livres recriaram tramas de sobrevivência, assimilando a “ordem de cima” como estratégia para contorná-la “por baixo”. Os negros percorriam os caminhos menos perigosos, distantes da temida Casa de Detenção; realizavam fugas; circulavam no anonimato; negociavam alforrias; conquistavam o “teto próprio” (mocambos, sobrados-cortiços, e “casinhas em meia-água”); e criavam redes de solidariedade nas irmandades religiosas, nos maracatus, mocambos e terreiros de São José³, e depois, nos arredores do rio Beberibe (Halley, 2017; Costa, 2013; Silva, 1996).

No último quartel do século XIX, com a modernização-higienização, o crescimento da população, a escassez de moradias e a expansão do Recife, os negros acabaram por acompanhar os caminhos em direção aos arredores. Os mocambos nas áreas alagadiças e os sobrados insalubres onde viviam os negros sofriam protestos e perseguição pela imprensa em formação, pelo saber médico-higienista⁴, e pela Igreja Católica, com a polícia expulsando suas manifestações, inclusive os xangôs, dos bairros centrais. Com o afrouxamento do sistema escravocrata, os livres e libertos deslocaram-se da geografia negra dos bairros-ilhas para os arredores da planície, seguindo os cursos dos rios e estradas, em busca de melhores oportunidades de trabalho, renda, moradia e economia. Nas antigas terras de engenhos loteadas em sítios de arrabaldes, e nas áreas de manguezais e alagados, foram se refugiando, em especial às margens do rio Beberibe, na divisa com Olinda, realizando suas atividades e suas práticas de apropriação cultural, como os rituais dos xangôs.

³ “Num desses terreiros de São José foi visto o escravo fugitivo Joaquim”, informa o Diário de Pernambuco de 28 de janeiro de 1843, atestando a condição de território de resistência dos terreiros frente ao poder escravagista no Recife. In: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife. 28 de janeiro de 1843.

⁴ Vide a exemplo um plano de reforma urbana e higienização pensado para o Recife neste período, pelo médico Joaquim d’Aquino Fonseca, líder da “Comissão de Higiene Pública de Pernambuco”, onde se apontava os defeitos arquitetônicos dos sobrados, como de outras habitações, e as preocupações com as ruas sujas e enlameadas da geografia estuarina da cidade: FONSECA, J. A. de. “Bases para um plano de edificação da cidade”. In: MELLO, J. A. G. de. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste, 1840-1889**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1975, v. 2. (Edição comemorativa do Sesquicentenário do Diário de Pernambuco).

O povo de santo seguiu esse caminho de ocupação ao norte do Recife, sobretudo após a Abolição (1888) e o advento da República (1889), onde se legitimou o Código Penal de 1890 com artigos passíveis de enquadrar os xangôs, proibindo crenças curandeirísticas e atividades voltadas a explorar a credulidade alheia através de supostos meios sobrenaturais. A partir dos artigos 156, 157 e 158, o Código incriminava o “curandeiro” e o “feiticeiro”, afora outras categorias mediúnicas, como os espíritas e cartomantes.⁵ Embora não faça alusão aos negros, os artigos configuravam-se numa tática dos grupos hegemônicos em manter sobre controle os ex-cativos, cujos terreiros, localizados nos centros urbanos, representavam espaços de “perigo” e “desordem” (Queiroz, 1999; Maggie, 1992; Dantas, 1988).

O medo branco externava-se nos diários do Recife, Rio de Janeiro e Salvador, com as matérias jornalísticas apoiando a campanha repressiva da lei contra o “fetichismo africano”, acusando-os de “exploração da credulidade pública”, “curandeirismo” e “feitiçaria”, com os adeptos em “estado de demência” nas possessões. Portanto, a nova ordem republicana e burguesa nascia com a cidadania distorcida, caracterizando-se por uma série de restrições contra os negros, potencialmente perigosos para os brancos. Por conseguinte, a República pautava-se em políticas racistas de branqueamento da população e em medidas legais contra os libertos, então tidos como “inferiores”, contrários ao desejo do “novo cidadão” para a nação. Não à toa, a República no Brasil fora incisiva no combate aos crimes à saúde pública, agindo com repressão contra os xangôs, acusados de feitiçaria, charlatanismo e falsa medicina (Queiroz, 1999; Maggie, 1992; Dantas, 1988).

Neste contexto, os adeptos dos xangôs eram gradativamente deslocados para os arredores, o mesmo ocorrendo com os maracatus, os quais também tinham funções de terreiros. Desde o fim do tráfico negreiro, as nações foram cada vez mais ressignificadas pelos africanos em territórios sagrados no Brasil. Entre os séculos XIX e XX, os terreiros foram se constituindo em espaços de resistência e lugares de memória para as nações diante às transformações em curso na vida urbana, política e econômica do país, marcadas pela abolição e pelo advento da República. No Recife, as nações abrigadas em xangôs foram se refugiando nos arredores, tanto as vindas do centro urbano, como àquelas vindas de outros espaços nordestinos. A maioria concentrou-se nos arrabaldes do Beberibe e de seu afluente Água Fria. Os xangôs de origem jêje-nagô, xambá, xanhá, savalu e calabar⁶ foram erguendo seus mocambos nestes espaços em meio aos sítios, alagados, mangues, matas e morros da geografia do Beberibe. Em alusão à “cidade-esconderijo” de

⁵ O artigo 156 refere-se à prática ilegal da Medicina; o artigo 157 legitima como crime a prática do “Espiritismo”, da “Magia”, “Cartomancia”, do uso de “talismãs”, práticas subjugadoras à credulidade pública; e o artigo 158, proíbe a prática do curandeirismo (Maggie, 1992).

⁶ Essas linhagens de culto procederam de escravos oriundos de Angola/Congo, em sua maioria. Outra menor parte adveio do atual Golfo do Benin (antiga Costa da Mina), abrangendo o Leste de Gana, Togo, as cidades do Porto Novo e Uidá, no Benin, e parte ocidental da Nigéria (Costa, 2013). As trocas culturais entre esses povos foram fundamentais para o complexo religioso dos xangôs no Recife, e, por conseguinte, das casas de culto estabelecidas nos arredores do rio Beberibe.

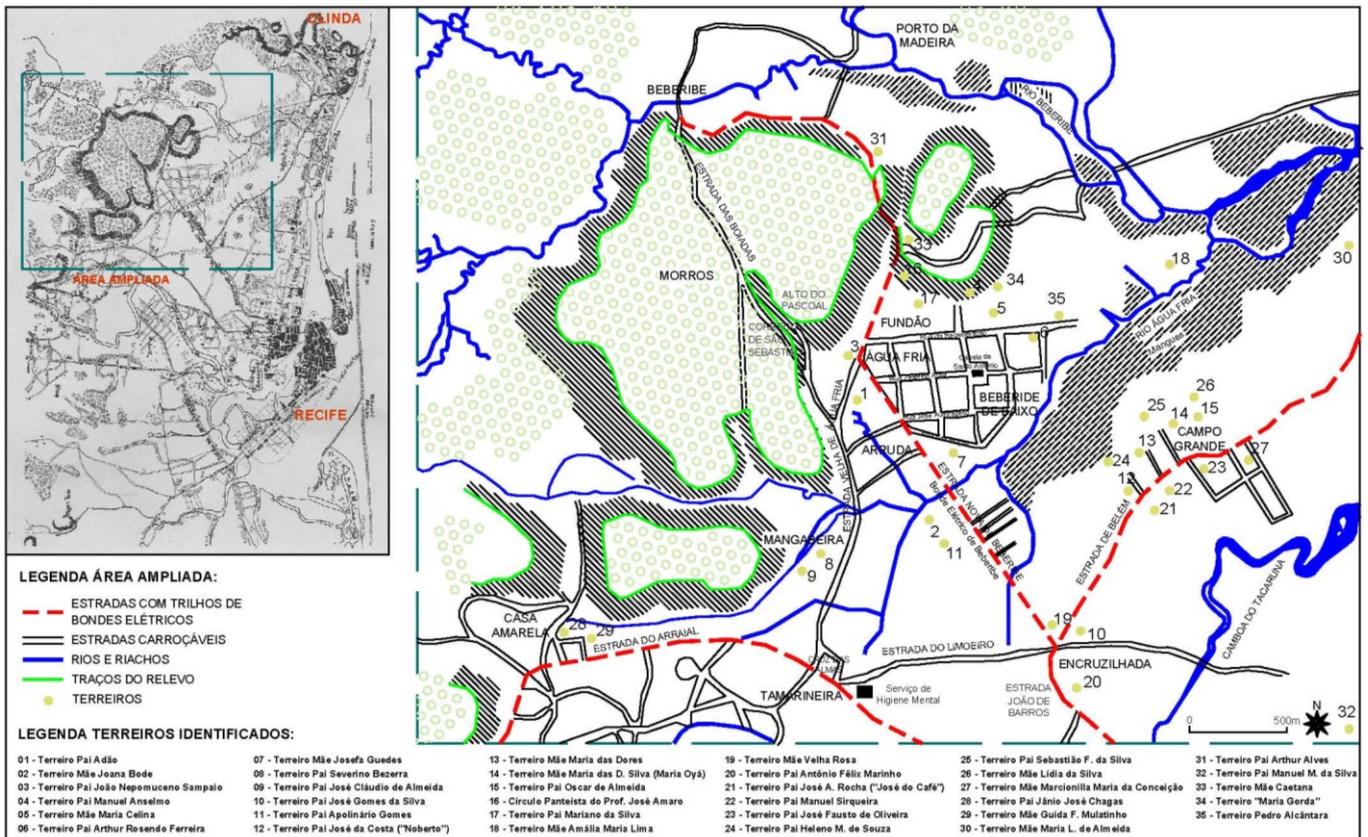
Chalhoud (1998), referente à imensa população negra infiltrada na Corte Imperial do Rio de Janeiro, esses arredores do rio Beberibe configuravam, na verdade, em “arredores-esconderijos” para os povos destas nações que ali se refugiavam frente às ameaças do medo branco no Recife.

OS CONTROLES TERRITORIAIS DO MEDO BRANCO NO RECIFE: O HOSPITAL DE ALIENADOS E A CATIMBOLÂNDIA NO SÉCULO XX.

Os refúgios dos negros eram áreas pouco povoadas, e, assim, menos vigiadas. Já no começo do século XIX, os escravizados fugiam pelo leito do Beberibe, contando com as redes de solidariedade de negros canoeiros, para, em seguida, embrenhar-se por aquelas terras rumo ao Quilombo do Malunguinho, nas Matas do Catucá, nas adjacências do povoado de Beberibe (Carvalho, 2011). Com a Abolição, os egressos da escravidão foram seguindo as estradas ao norte do Recife, fixando-se em loteamentos abertos às margens dos trilhos dos trens, junto às colinas da cidade. Os xangôs acompanharam esse caminho, erguendo suas casas em Água Fria, Arruda, Fundão, Encruzilhada, Campo Grande, Beberibe etc. Nestes arredores pobres e de geografia irregular foi se formando efetivamente uma “Catimbolândia” (Halley, 2017), nas décadas de 1920-1930, com os terreiros se camuflando em mocambos nestes esconderijos naturais do Beberibe (Figura 03). Contudo, mesmo distantes dos grupos contrários à crença, os terreiros acabaram sofrendo um controle científico-territorial por médicos-psiquiatras e por intelectuais regionalistas ligados ao poder hegemônico da cidade.

Em face ao agitado contexto político vivenciado com a Revolução de 1930 no Brasil, e em face ao processo de modernização e higienização do Recife, houve a intensificação de normatizações e controles na cidade. Idealizava-se uma sociedade mais urbana baseada por uma conduta moral centrada em integrar os indivíduos à ordem social através do trabalho. Neste contexto, o Estado passou a controlar os xangôs a partir da criação de instituições repressoras, como a Secção de Costumes e Repressão a Jogos, a Delegacia de Ordem e Costume, e a Delegacia de Ordem Política e Social (Campos, 2001). Outros órgãos formularam leis para reprimir os xangôs, então desclassificados nos discursos das elites socioeconômicas, da Igreja Romana, da sociedade médica e da polícia (Costa, 2009).

Figura 03: Pormenor dos xangôs nos arredores do rio Água Fria, a “Catimbolândia”, no decênio de 1930, e a localização do Hospital de Alienados da Tamarineira (Serviço de Higiene Mental). Fontes cartográficas: Planta da Cidade do Recife e seus Arredores—1876, de F. H. Carls, com informações da Planta do Departamento de Saúde e Assistência Médica do Recife-1924.



Fontes bibliográficas: Lima (1937); Fernandes (1937); Cavalcanti (1935); Diário de Pernambuco de 1938, entre outros.
Desenho: Halley (2017).

Um dos órgãos criados foi o Serviço de Higiene Mental – S.H.M., em 1931, associado a Divisão de Assistência a Psicopatas de Pernambuco, chefiado pelo médico-psiquiatra Ulysses Pernambucano de Mello Sobrinho (1892-1943) (Carrilho, 1937). Em específico, Ulysses estabeleceu como parâmetro para o estudo do transe nas religiões do Recife, a leitura construída por Nina Rodrigues sobre o negro, e por Arthur Ramos, principal discípulo de Nina. As ideias racistas e o controle científico destes intelectuais foram adotados por Ulysses quando assumiu a direção do Hospital de Alienados de Pernambuco (Figura 04), situada na Tamarineira, que foi construído em 1887, bem próximo aos xangôs da Catimbolândia.

Figura 04: Hospital de Alienados da Tamarineira no começo do século XX. Autor: F. Du Bocage.



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Villa Digital / Arquivo BD – Benício Dias). Código: BD_000592.

A partir destas influências, as práticas e técnicas produzidas pelo grupo de Ulysses tornar-se-iam veículo de uniformização da moral e de denúncia da loucura. Com efeito, o S.H.M. buscava reprimir os vícios, extinguir as irregularidades então concebidas: a devassidão, o mau comportamento, a preguiça, entre outros males que interpenetravam a loucura (Campos, 2001). Os preceitos do S.H.M. eram publicados no *Boletim de Higiene Mental*, onde se destacava as causas das doenças mentais, os procedimentos de evitá-las, o combate ao “baixo espiritismo”, curandeirismo, entre outros.⁷

Com o Código Penal de 1932, a ilegalidade da magia e curandeirismo persistiu no território brasileiro. “Os cultos eram, mais uma vez, vistos como uma questão que oscilava entre o crime e a anormalidade” (Dantas, 1988, p. 170). Por conseguinte, as práticas tidas como de “baixo espiritismo” foram associadas a um mal a ser tratado pelo S.H.M. com base na ciência, equivalente a qualquer outro problema de saúde encontrado entre as populações pobres. Em estudo de Ulysses, junto com Helena Campos (monitora do S.H.M.), publicado nos Arquivos da Assistência a Psicopatas, concluíram ser entre os negros a maior frequência de doenças mentais, mas não devido somente aos fatores sociais, e sim, em razão dos

⁷ Vide a exemplo do texto de Pedro Cavalcanti, médico do Serviço de Higiene Mental: CAVALCANTI, P. “Curandeirismo e doença mental”. In: **Boletim de Higiene Mental**. Recife, ano 3, n. 3, agosto, 1935b. p. 02.

seus “cérebros menos resistentes”.⁸ Desse modo, apreendia-se a “psicopatia dos negros” como um mal social e também biológico (Queiroz, 1999).

Sob estes preceitos racistas, os adeptos dos xangôs eram submetidos a exames clínicos (quociente intelectual, perfil psicológico, taquigrafia de palavras, entre outros), no Hospital da Tamarineira, configurando um controle científico-territorial, sobretudo entre os terreiros da Catimbolândia, em substituição a ação repressiva da polícia, que era noticiada nos jornais da época.⁹ O grupo de Ulysses assumiu o controle dos xangôs perante a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, garantindo o funcionamento das casas a partir da concessão de licenças, inclusive a liberação dos toques, em nome da saúde pública e à luz de um controle baseado na competência da ciência médica influenciada na época por teorias racialistas. Em troca, os povos de santo abriam as portas dos terreiros aos psiquiatras (Fernandes, 1937; Cavalcanti, 1935).

O grupo de Ulysses substituiu, assim, a repressão da polícia, transferindo o controle sobre o negro na cidade. Da Casa de Detenção, onde se confinava os “perigosos” da “População Desenfreada” do bairro de São José, para o Hospital da Tamarineira, onde se realizava um “trabalho de profilaxia médico-social” sobre a Catimbolândia. Neste instante, a elite letrada alcançara os esconderijos dos terreiros, passando a regular e vigiar os cultos aos orixás, não mais a partir do poder policial e de um controle panóptico da Casa de Detenção, mas a partir da ciência psiquiátrica e das ideias construídas por intelectuais regionalistas, que foram liderados pelo primo de Ulysses Pernambucano, o sociólogo Gilberto Freyre.

Em razão dos aportes e influências de Nina Rodrigues e Arthur Ramos, os médicos consideravam o negro inferior biologicamente e culturalmente, ocupando muitas vezes espaços doentios e degradantes (o terreiro e o mocambo), interpretados como possíveis focos de epidemias contra a saúde pública. No entanto, reconheciam os negros de parentesco nagô como superiores, e seus xangôs como centros ortodoxos, com maior quantidade de símbolos e elementos originários da África, aspecto também reconhecido pelos intelectuais regionalistas que enalteciam o negro como herança cultural do Brasil, ressaltando a tradição e a pureza africana, sobretudo entre as casas jêje-nagô. Por outro lado, terreiros menos ortodoxos eram concebidos como centros impuros, os catimbós, por mesclarem práticas religiosas, deturpando a autenticidade do passado e as tradições africanas (Campos, 2001).

⁸ PERNAMBUCANO, U.; CAMPOS, H. “As doenças mentais entre os negros de Pernambuco”. **Arquivos da Assistência a Psicopatas**, Recife, v. 2, n. 1, abr. 1932, p. 120-127.

⁹ “Afogados, refúgio dos macumbeiros africanos. A polícia dissolve dois núcleos de bruxaria ali existentes. Pai Noberto novamente experimenta o agradável conforto de um xadrex”. **Diário da Tarde**. Recife: 1 de setembro de 1933; “Vai ser restringida a licença para os toques nos xangôs – a polícia baixará uma portaria a respeito”. **Diário de Pernambuco**. Recife, 23 de julho de 1935.

A maioria dos pais e mães de santo tinham suas casas, ortodoxas ou impuras, nos arredores do rio Beberibe - Água Fria, Arruda, Fundão, Campo Grande, Encruzilhada... Os terreiros visitados pelos psiquiatras do S.H.M. foram os de Pai Adão, Joana Bode, Anselmo, Apolinário, Josefina, Rosendo, Mariano (Figura 05), entre outros. Diante da aceitação ou não de suas casas perante os médicos e intelectuais, os filhos de santo recriaram variadas táticas, procurando garantir o exercício de suas práticas e seus territórios de fé. Alguns afirmavam terem ido à África em busca de ensinamentos e autenticidade cultural.¹⁰ Outros enviavam convites e estatutos ao S.H.M., revelando às autoridades a ortodoxia de seus xangôs¹¹; e ainda outros denunciavam casas “incompetentes”, apropriando-se do discurso médico como meio de legitimação de seus terreiros.¹² Os afro-religiosos tornaram-se negociadores no espaço disciplinar do Recife. Eles aceitavam o combate aos catimbós como tática, evitando qualquer filiação aos mesmos; também hierarquizavam as casas por interesses religiosos; e negociavam a condição de cada terreiro, enquanto autêntica religião ou como caso de polícia.¹³

Os adeptos dos xangôs exercitavam essas táticas como forma de fazer valer suas resistências, procurando assegurar seus territórios de vivência e fé. Nestes contatos com os médicos e intelectuais, houve a circulação de poder e da cultura, com os negros se aproveitando das circunstâncias para adentrar espaços até então negados, e assim, ter maior aceitação e visibilidade para suas práticas. Esses contatos possibilitaram a publicação das primeiras teses e livros sobre os xangôs em Pernambuco, que tomaram como análise, especialmente, os terreiros da Catimbolândia.¹⁴ Além disso, ocorreu o 1º Congresso Afro-Brasileiro no Recife, em 1934, com parte das atividades na “Veneza Americana”, e outra parte nos terreiros do baixo Beberibe (Halley, 2017; Campos, 2001). Esse quadro se redefine com a instauração do Estado Novo no Brasil (1937-1945), onde houve o recrudescimento da repressão policial sobre os xangôs em Pernambucano, colocando um ponto final no trabalho do grupo de Ulysses Pernambucano.

¹⁰ Vide a exemplo o processo de “reafricanização” de Pai Adão, descrito por Freyre (1968), e de Pai Artur Rosendo registrado por René Ribeiro na revista *O Cruzeiro*, em edição de 1949.

¹¹ Vide o convite do Pai Artur Rosendo ao médico-psiquiatra Ulysses Pernambucano para que o mesmo estivesse presente ao toque do seu terreiro, em Água Fria, em 11 de maio de 1934. O convite foi publicado pelo também médico Albino Gonçalves Fernandes em livro *Xangôs do Nordeste* (1937).

¹² Também no livro de Fernandes (1937) há uma carta do Pai José Claudino de Almeida se defendendo de denúncia realizada contra o seu terreiro (uma “arte de sua ex-mulher para prejudicá-lo”), acusando-o de “baixo-espiritismo”.

¹³ Pai Manuel Anselmo, do arrabalde de Fundão, prestou inúmeros serviços ao S.H.M., informando práticas e rituais, e denunciando terreiros “impuros”, muito em razão dos interesses e disputas dos religiosos pelo mercado de almas – mantenedor economicamente das casas de cultor. Ele enviou uma lista ao serviço de psiquiatras dos “adoradores da seita que não têm competência”, hierarquizando, assim, os xangôs entre os ortodoxos e os catimbós (Fernandes, 1937).

¹⁴ Além do livro já citado de Fernandes (1937), ressalta-se o livro de Vicente Lima (1937) e o artigo de Pedro Cavacanti (1935).

Figura 05: Ritual com sacrifício de aves no terreiro do pai Mariano Silva, em Campina do Barreto, adjacência de Fundão. Na imagem observa-se o interior do mocambo, os filhos de santo e as indumentárias do xangô na Catimbolândia, em 1947, após a repressão do regime de Estado Novo. Foto Pierre Verger. *Xangô Mariano, Recife, Brasil (1947)* – marca d'água exigida.



Fonte: Foto Pierre Verger©Fundação Pierre Verger. Tombo 35945.

Durante o regime do Estado Novo, o negro foi enaltecido como elemento nacional, em detrimento as ideias de eugenia e branqueamento de outrora. Contudo, não se aceitava a formação de grupos sociais “diferentes”. Temia-se a criação de “células comunistas” entre as populações mais pobres. Em Pernambuco, movidos por concepções racistas, o Interventor Agamenon Magalhães foi um dos mais ortodoxos no combate às práticas afro-religiosas, realizando um combate sistemático contra os xangôs. O Recife era um espaço de disciplina do regime, estando imerso em reformas urbanas, na erradicação dos mocambos, e na reeducação dos cidadãos diante do “novo”, distanciando-os das marcas coloniais e africanas de outrora. Com efeito, recrudesciu a repressão sobre os negros, em especial entres os adeptos da Catimbolândia. Mais uma vez, contudo, os afro-religiosos não foram agentes passivos à repressão, fazendo uso de variadas táticas de resistência dentro de uma cidadania desigual da “Veneza Americana”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XIX, em razão dos contatos estabelecidos com o continente europeu, o Recife se modernizava e higienizava, distanciando-se das marcas de uma sociedade ainda escravista e patriarcal. Na ótica das autoridades locais e elite político-econômica, a cidade deveria apresentar símbolos de progresso e civilização, consumando o desejo da “Veneza Americana”. Fazia-se necessário disciplinar as pessoas para novos hábitos e modos de vida. Também o medo branco da liberdade dos negros engendrava a repressão sobre qualquer manifestação de origem africana na cidade, inclusive os xangôs, sofrendo perseguições da polícia e dos clérigos. Malgrado as imposições, malhas complexas de outros procedimentos e táticas de resistência emergiram. Os escravizados, libertos e livres criaram territorialidades diversas de sobrevivência assimilando a ordem de cima como estratégia para contorná-la por baixo, subvertendo o poder disciplinar de então.

Nas últimas décadas do século XIX, com as reformas urbanas ocorridas nos bairros centrais, as nações de xangôs foram se refugiando nos arredores, concentrando-se nos povoados do Beberibe, em meio as mocambarias, sítios frutíferos, alagados, mangues e matas da geografia local. Eram áreas pouco povoadas, menos fiscalizadas, configurando-se arredores-esconderijos para os povos negros. Conforme destacado, nestes arredores se conformou uma verdadeira Catimbolândia. Na cidadania hierarquizada da República Velha, assentada em teorias científicas racistas promotores da exclusão do negro na sociedade, esses terreiros acabaram sendo alvos sistemáticos de uma repressão étnico-religiosa imposta pelos grupos hegemônicos do Recife. Nas ruas, nos jornais, e entre os espíritas kardecistas e membros da Igreja, os adeptos dos xangôs eram acusados de “crimes contra à saúde pública”, “charlatanismo” e “baixa magia negra”, sofrendo recorrentes intervenções policiais, legitimadas pelo Código Penal de 1890.

Na década de 1930, em meio ao agitado quadro político-social da época, e dentro do contexto da modernização e higienização mais intenso no Recife, os xangôs passaram a ser controlados cientificamente por médicos-psiquiatras ligados ao S.H.M., que se concentravam nos xangôs dos arredores do rio Beberibe, na Catimbolândia, circunvizinhos ao Hospital de Alienados da Tamarineira. Os filhos de santo eram vistos como “psicopatas”, devendo seus transe serem analisados como psicopatologias. Os xangôs eram concebidos como “espaços doentios”, carecendo de um amplo “trabalho de profilaxia mental”. Inspirado em trabalhos eugenistas, a equipe de Ulysses Pernambucano estudou os negros como “seres inferiores”, no entanto, distinguia a “superioridade” dos jêjes-nagôs como nações de maior tradição africana, ao contrário de outras, marcadas negativamente por suas “seitas de baixo espiritismo”. À luz destes preceitos, o S.H.M.

garantia o funcionamento das casas, concedendo licenças aos cumpridores de seus deveres junto ao órgão. Em troca, os xangôs abriam suas portas aos médicos-psiquiatras.

A partir deste instante, o controle territorial do medo branco foi transferido na cidade: da Casa de Detenção, onde se confinava os “perigosos” da “Populaça” de São José e Afogados, para o Hospital da Tamarineira, onde se controlava os negros dos xangôs, na Catimbolândia. A elite letrada alcançara os esconderijos do baixo Beberibe, passando a regular os xangôs a partir da ciência psiquiátrica. Neste instante, intelectuais regionalistas também se envolveram com os terreiros da cidade, ressaltando o significado dos povos afro-brasileiros como elementos essenciais para formação de uma sociedade miscigenada, marcada por uma “democracia racial”, na ótica freyreana.

Conforme já destacado, os médicos e intelectuais deixavam evidente a preferência pelos xangôs “puros”, os jêjes-nagôs, em detrimento dos outros tidos como “impuros”. Diante da aceitação ou não de suas casas, os negros recriaram variadas estratégias territoriais, procurando garantir o exercício de suas práticas e de seus territórios a partir da aceitação do discurso e do controle dos médicos. Através desta apropriação, os povos de terreiro foram negociando as suas condições, ao mesmo tempo que alcançavam outros espaços de visibilidade na “Veneza Americana” até então negados. O 1º Congresso Afro-Brasileiro, em 1934, foi uma prova marcante desta tática dos afro-religiosos. Portanto, na contramão do controle imposto pela elite letrada, os adeptos dos xangôs foram recriando estratégias para suas visibilidades, envolvendo-se com os psiquiatras e intelectuais regionalistas em busca de uma aceitação social nunca alcançada em definitivo.

REFERÊNCIAS

AFOGADOS, REFÚGIO DOS MACUMBEIROS AFRICANOS. A POLÍCIA DISSOLVE DOIS NÚCLEOS DE BRUXARIA ALI EXISTENTES. Pai Noberto novamente experimenta o agradável conforto de um xadrex”. **Diário da Tarde**. Recife: 1 de setembro de 1933.

AMARAL, F. P. do. **Escavações**: fatos da história de Pernambuco, Recife, 1884. Recife: Arquivo Público Estadual, 1974, p. 280.

ANJOS, R. S. A. dos. **Territorialidades quilombola**: fotos & mapas. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2011.

CAMPOS, Z. D. P. **O combate ao catimbó**: práticas repressivas às religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

- CARRILHO, H. “Ulysses Pernambucano e a organização dos serviços de Assistência a Psicopatas de Pernambuco”. In: **Estudos Pernambucanos Dedicados a Ulysses Pernambucano**. Recife: Gráfica Jornal do Commercio, 1937.
- CARVALHO, M. J. M. de. “O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco”. In: REIS, J. J. & GOMES, F. dos S. (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CARVALHO, M. J. M. de. **Liberdade** – rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária, 2010.
- CAVALCANTI, P. “As seitas africanas do Recife”. In: **Estudos Afro-Brasileiros**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. (Fac-símile de: Rio de Janeiro: Ariel, 1935). p. 243-257.
- CAVALCANTI, P. “Curandeirismo e doença mental”. In: **Boletim de Higiene Mental**. Recife, ano 3, n. 3, agosto, 1935b. p. 02.
- CERTEAU, M. De. **A invenção do cotidiano** – artes de fazer. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2005.
- CHALHOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- COSTA, V. G. **Trajetórias negras** – os libertos da Costa d’África no Recife (1846-1890). 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- COSTA, V. G. “Iaiá de Ouro, uma parda feiticeira do São José: práticas religiosas, espaços urbanos e escravidão no Recife”. In: **Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2009, Curitiba. <https://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/inscric.html>.
- DANTAS, B. G. **Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife. 11 de novembro de 1856.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife. 28 de janeiro de 1843.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife. 28 de junho de 1873.
- FECHADOS PELA POLÍCIA VÁRIOS XANGÔS. **Diário de Pernambuco**. Recife: 13 de fevereiro de 1938. Edição Matutina.
- FERNANDES, A. G. **Xangôs do Nordeste: investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
- FERREZ, G. **O álbum de Luís Schlappriz: memória de Pernambuco - álbum para os amigos das Artes – 1863**. Recife: Fundação da Cidade do Recife, 1981.
- FIGUEREDO, A. P. de. “O Recife em 1857”. In: DANTAS SILVA, L.; MAIOR, M. S. (Orgs.). **O Recife - Quatro séculos de sua paisagem**. Recife: Ed. Massangana, 1992, p. 167-192.

FONSECA, J. A. de. “Bases para um plano de edificação da cidade”. In: MELLO, J. A. G. de. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste, 1840-1889**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1975, v. 2. (Edição comemorativa do Sesquicentenário do Diário de Pernambuco).

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FREYRE, G. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Rio de Janeiro: José Olympio Editôra, 1968.

HALLEY, B. M. **Catimbolândia: tramas negras do xangô na Veneza Americana – os arredores do rio Beberibe (Recife, 1867-1945)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2017.

LIMA, V. **Xangôs**. Recife: Empresa do Jornal do Comércio, 1937.

MAGGIE, I. **Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MELLO, J. A. G. de. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste, 1840-1889**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1975. v. 2. (Edição comemorativa do Sesquicentenário do Diário de Pernambuco).

PERNAMBUCANO, U.; CAMPOS, H. “As doenças mentais entre os negros de Pernambuco”. **Arquivos da Assistência a Psicopatas**, Recife, v. 2, n. 1, abr. 1932, p. 120-127.

QUEIROZ, M. R. F. **Religiões afro-brasileiras no Recife: intelectuais, policiais e repressão**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

RIBEIRO, R. “Pai Rosendo faz uma ialorixá”. In: **O Cruzeiro**. Novembro de 1949, p. 51-63.

SILVA, W. B. da. “**A cidade que escraviza é a mesma que liberta...**” **Estratégias de resistência escrava no Recife do século XIX (1840-1850)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

VAI SER RESTRINGIDA A LICENÇA PARA OS TOQUES NOS XANGÔS – A POLÍCIA BAIXARÁ UMA PORTARIA A RESPEITO. **Diário de Pernambuco**. Recife, 23 de julho de 1935.